

COMISSÃO ESPECIAL MEDIDAS PREVENTIVAS DE CATÁSTROFES
CLIMÁTICAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO Nº , DE 2011.
(Do Sr. Fernando Jordão)

Requer sejam convidados o Sra. Kátia Paiva de Freitas, Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Niterói, o Sr. Rodrigo Neves Barreto, Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) e o Sr. Francisco de Souza, presidente da associação de vítimas do morro do Bumba.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 34, e 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a Sra. Kátia Paiva de Freitas, Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Niterói, o Sr. Rodrigo Neves Barreto Secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) e o Sr. Francisco de Souza, presidente da associação de vítimas do morro do Bumba, para prestarem esclarecimentos sobre os problemas que vem acontecendo na liberação do

pagamento do aluguel social para os desabrigados/desalojados como também, as condições do abrigo que estas pessoas estão vivendo.

JUSTIFICAÇÃO

Em reportagem publicada pelo jornal O Dia em 25 de março de 2011, foi abordado o problema enfrentado pelos desabrigados pelas chuvas de abril de 2010 no morro do Bumba – Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Essa população vive um drama, causado pela demora na liberação dos recursos do aluguel social, mesmo tendo os documentos entregues. A situação é grave, pois a cada dia que passa, aumenta o desespero destas pessoas e cai a esperança de conseguirem uma moradia digna. As condições de vida desta população sofrida a cada dia que passa só tende a piorar o local disponibilizado para abrigar essas famílias estão em péssimas condições, podemos citar o depoimento da “Srª Luciana da Hora, sou obrigada a viver com minhas filhas nesse lugar em que, se chove o esgoto invade o quatinho”. Essa situação nos dá a impressão de um descaso num momento em que as autoridades públicas deveriam tentar minimizar esta situação de tragédia. Não seria justo, portanto, que esta Casa, que tem função fiscalizadora, deixe passar em branco a situação supracitada. É preciso agir, com a urgência que o caso está a exigir. Torna-se urgente averiguar com profundidade a demora e burocracia na disponibilização dos recursos para as pessoas atingidas. Daí as razões do presente Requerimento de Audiência Pública que esperamos ver aprovado em caráter de urgência contando com o valioso apoio dos nossos eminentes pares.

Sala das Comissões, em 07 de abril de 2011.

Deputado Fernando Jordão

PMDB/RJ